

**PARA:** Presidente da Câmara, Dr. Herminio Loureiro  
Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares  
Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Gracinda Leal  
Vereador, Dr. Isidro Figueiredo  
Vereador, Dr. Pedro Marques

## RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO SANEAMENTO FINANCEIRO

Reporte a 31.dezembro.2014  
Após encerramento das contas municipais

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2015.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES, Nº 715  
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL  
23-04-2015 17:20:05

Nuno Gomes  
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados1\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro\_2008\Análise Execução2014\_12\_encerramento\_contas\RAEPSF\_1412\_EC.docx

Despacho:

Atencioso  
homenagem ao trabalho realizado com o  
relatório do ponto 8 do presente  
relatório



23/04/2015

<u>Índice</u>	<u>Pág</u>
1. Introdução	2
2. Empréstimo de Saneamento Financeiro	3
3. Execução Económico Financeira	4
4. Dívida Total Municipal	6
5. Equilíbrio Financeiro Municipal	7
5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo	7
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo	7
5.3 Endividamento Líquido	9
5.4 Dívida a Fornecedores	10
5.5 Passivos Financeiros	11
5.6 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	12
6. Execução Orçamental	13
7. Conclusões	14
8. Proposta	16

Apreciado - Assembleia Municipal de 30.04.2015



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
GISELA CELESTE DE PINHO RODRIGUES, Nº 899  
TÉCNICO/A SUPERIOR -  
04-05-2015 11:28:33

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório atualiza o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro emitido a 30 de janeiro 2015, com referência R-32.01.17-01/15.

De forma a dar cumprimento ao artigo 6º do Decreto-Lei n.º 38/2008 e à alínea c) n.º 4 Art.º 40º da Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), o presente relatório visa o acompanhamento da Execução do *Plano Saneamento Financeiro* (PSF) aprovado em Assembleia Municipal de 5 de setembro de 2008 e do qual resultou a contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de 34.000.000€, com visto favorável do Tribunal de Contas de 24 de outubro de 2008 (processo n.º 1216).

Considerando os pontos 5 e 6 do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro 2008, neste relatório de acompanhamento propõem-se analisar e evidenciar:

- Ponto de situação do empréstimo de saneamento financeiro.
- A taxa de execução anual, com dados reportados a 31.dezembro.2014 após encerramento das contas municipais, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2014.
- A evolução da dívida e endividamento Municipal (2007/2014)
- A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro;
- As conclusões sobre o grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, dos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da lei das finanças locais.

O relatório reporta a execução a 31.dezembro.2014 com dados atualizados após encerramento das contas municipais referentes ao exercício 2014 aprovadas em Reunião de Câmara de 23.abril.2015.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007 e art.º 79.º da Lei 73/2013.

## 2. EMPRÉSTIMO SANEAMENTO / CONSOLIDAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Contratado empréstimo de saneamento financeiro no valor de 34.000.000€, o Município procedeu a nove utilizações no montante global de 32.496.059,81€, sendo este exclusivamente direcionado para pagamento de créditos constantes da lista anexa ao contrato de empréstimo bancário, ficando garantido o não aumento de endividamento pela utilização do empréstimo.

O volume de utilizações do empréstimo (32.496.059,81€) ficou aquém do total contratado (34.000.000€) no valor de 1.503.940,19€.

Os motivos que originaram desvios entre o valor contratualizado e o efetivamente utilizado são globalmente identificados no quadro seguinte:

Descrição do motivo	Tipo de Entidade / Valor		
	Fornecedores C/C	Fornecedores de Imobilizado	Outros Credores
No período de utilização do empréstimo a entidade credora não apresentou documentos justificativos necessários à concretização do pagamento	2.639,24 €	4.053,01 €	942.534,78 €
Antecipação de pagamento crédito relativamente à data de aprovação do empréstimo de saneamento.	20.407,66 €	3.535,20 €	194.830,32 €
Aquisição de terrenos cujo processo não reuniu os requisitos necessários à conclusão/pagamento do crédito.		105.771,44 €	
Diferenças com origem na emissão de notas de crédito, estornos ou arredondamentos, relativos aos créditos da listagem anexa à contratualização do empréstimo de saneamento.	25.919,87 €	204.248,67 €	
Subtotais	48.966,77 €	317.608,32 €	1.137.365,10 €
<b>TOTAIS</b>		<b>1.503.940,19€</b>	

Tendo decorrido o período de carência de amortização do empréstimo até novembro de 2011, de forma a respeitar a imposição legal de redução do excesso da dívida com empréstimos médio e longo prazo, o Município procedeu a amortizações extra de capital no empréstimo de saneamento financeiro nos anos de 2009 (904.536€) e 2010 (705.625€) num total de 1.610.161€.

A partir de novembro.2011, no âmbito das prestações mensais, o Município procedeu à amortização de capital no empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.059.643,77€, sendo 513.306,20€ em 2011, 3.204.650,03€ em 2012, 3.341.687,54€ em 2013 e 3.374.787,32€ em 2014.

À data de 31.dezembro.2014, o valor em dívida com empréstimo de saneamento financeiro totalizava 20.451.467,72€:

Data	Utilizações	Amortizações de Capital
Ano 2008	31.470.418,32 €	
Ano 2009	1.025.641,49 €	904.536,00 €
Ano 2010		705.625,00 €
Ano 2011		513.306,20 €
Ano 2012		3.204.650,03 €
Ano 2013		3.341.687,54 €
Jan/Jun-2014		1.680.754,50 €
Jul-2014		280.805,37 €
Ago-2014		281.642,19 €
Set-2014		281.903,41 €
Out-2014		282.164,87 €
Nov-2014		283.643,97 €
Dez-2014		283.873,01 €
<b>V. Acumulados <sup>(2008 a 2014)</sup></b>	<b>32.496.059,81 €</b>	<b>12.044.592,09 €</b>
<b>Capital em dívida a 31.dezembro.2014 =</b>		<b>20.451.467,72 €</b>

### 3. EXECUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme definido no ponto 5 do Estudo e Plano Saneamento Financeiro 2008, o Plano caracterizou-se pela fixação de limites máximos de custos e de investimentos e limites mínimos de proveitos que garantiam o objetivo macro municipal de equilíbrio económico-financeiro.

Uma política de contenção e o sistema implementado de controlo de recursos deverá garantir uma execução sem derrapagens ao objetivo macro de equilíbrio económico-financeiro, não obstante as necessidades de gestão de adaptação dos limites fixados no plano em consequência das variações ocorridas por fatores exógenos à organização, das obrigações e das competências municipais.

Para efeitos de análise comparativa com o *Plano Saneamento Financeiro*, considera-se exclusivamente: as compras, os custos e proveitos com impacto financeiro, o volume de investimento executado no ano e a contabilização dos movimentos relacionados com as participações externas ao investimento.

#### Execução Económico-Financeira

- Execução 2013 / Previsão anual 2014<sup>PSF</sup> / Execução 2014 / Taxa Execução anual

Descrição	2013 Execução	2014		% de Execução
		PREVISAO	EXECUÇÃO	
1	2	3	4	5 = 4/3
<b>PROVEITOS- (CUSTOS+INVESTIMENTO)</b>	<b>2.355.203 €</b>	<b>3.964.934 €</b>	<b>5.665.487 €</b>	<b>142,9%</b>
<b>CUSTOS DE ESTRUTURA:</b>				
Compras	1.566.000 €	2.343.792 €	667.825 €	28,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.061.059 €	5.803.802 €	7.813.581 €	134,6%
Transferências e Subsídios Correntes c/. Prest. Sociais	2.720.386 €	3.267.957 €	2.471.157 €	75,6%
Custos com Pessoal	9.881.878 €	11.889.827 €	9.738.839 €	81,9%
Outros Custos e Perdas Operacionais	288.034 €	92.716 €	231.394 €	249,6%
Custos e Perdas Financeiras	453.935 €	1.570.610 €	392.519 €	25,0%
Custos e Perdas Extraordinárias	3.469.920 €	2.307.977 €	1.008.744 €	43,7%
<b>TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA</b>	<b>25.441.212 €</b>	<b>27.276.681 €</b>	<b>22.324.058 €</b>	<b>81,8%</b>
<b>TOTAIS - INVESTIMENTO</b>	<b>8.143.908 €</b>	<b>3.190.621 €</b>	<b>5.109.859 €</b>	<b>160,2%</b>
<b>TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA + INVESTIMENTO</b>	<b>33.585.120 €</b>	<b>30.467.303 €</b>	<b>27.433.917 €</b>	<b>90,0%</b>
<b>PROVEITOS</b>				
Vendas e Prestação de Serviços	4.479.080 €	4.809.201 €	2.578.703 €	53,6%
Impostos e Taxas	10.676.587 €	11.351.571 €	10.953.833 €	96,5%
Proveitos Suplementares	1.584.110 €	1.545.006 €	1.822.990 €	118,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	13.801.883 €	16.545.653 €	13.757.550 €	83,1%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	259 €	0 €	624 €	
Proveitos e Ganhos Financeiros	87.178 €	83.371 €	58.504 €	70,2%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	477.426 €	97.436 €	534.802 €	548,9%
<b>TOTAIS - PROVEITOS</b>	<b>31.106.522 €</b>	<b>34.432.237 €</b>	<b>29.707.005 €</b>	<b>86,3%</b>
Proveitos diferidos	4.833.801 €	0 €	3.392.399 €	
<b>TOTAIS - PROVEITOS + PROV. DIFERIDOS</b>	<b>35.940.323 €</b>	<b>34.432.237 €</b>	<b>33.099.404 €</b>	<b>96,1%</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

No ano 2014, o volume de proveitos (29.707.005€) acrescido dos *proveitos diferidos*, relacionados com o recebimento de participações ao investimento (3.392.399€), apresentava uma taxa de execução de 96,1% do limite mínimo de proveitos previstos para o ano 2014 (34.432.237€).

O desvio na execução global dos proveitos foi determinado pela execução abaixo do previsto nas rubricas de proveitos *Vendas e Prestação de Serviços*<sup>-46,4%</sup>; *Transferências e Subs. Obtidos*<sup>-16,9%</sup>; *Impostos e Taxas*<sup>-3,5%</sup> compensada parcialmente pelas rubricas de *Proveitos Diferidos* (+3.392.399€), *Proveitos Extraordinários* (+437.366€) e *Proveitos Suplementares* (+277.984€).

Considerando as rubricas mais relevantes, a execução de proveitos abaixo do estimado no PSF para o ano 2014, ocorreu:

- Nos proveitos relacionados com *Transferências e subsídios obtidos* (-2.788.103€; -16,9%), pela diminuição do volume de transferências do Orçamento de Estado para o Município verificada nos últimos anos.
- Nos proveitos relacionados com *Vendas e Prestações de Serviços* (-2.230.498€; -46,4%), pela diminuição do volume de receita relativa às atividades de abastecimento de água e saneamento no âmbito da sua concessão.
- Nos proveitos com Impostos e taxas (-397.738€, -3,5%), pela quebra nos impostos diretos relativamente ao valor estimado tendo por base os valores históricos registados à data da elaboração do PSF, nomeadamente, nas rubricas da *Derrama e Imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens*:

Rubrica	Ano							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Derrama</i>	1.716.072€	1.023.134€	1.003.596€	659.099€	1.390.956€	830.719€	964.239€	1.093.035€
<i>Imposto municipal s/ transmissões onerosas de bens</i>	1.962.955€	2.250.832€	1.328.734€	1.924.346€	1.338.727€	945.284€	1.026.917€	715.671€

Os custos de estrutura e investimento apresentam uma taxa de execução de 90% dos limites máximos estimados no *Plano de Saneamento Financeiro* para o ano 2014 ficando abaixo do limite máximo em 3.033.386€ (30.467.303€<sup>E.PSF2014</sup> vs 27.433.917€<sup>Execução.2014</sup>).

Considerando as rubricas de custo/investimento mais significativas, a execução apresenta uma taxa de execução anual superior ao estimado no PSF nas seguintes rubricas:

- + Investimento - taxa de execução 160,2%;
- + Outros Custos e Perdas Operacionais - taxa de execução 249,6%.
- + [Compras + Fornecimentos e Serviços Externos]<sup>1</sup> - taxa de execução 104,1%;

Esta tendência encontra-se compensada pela execução inferior ao previsto nas restantes rubricas, nomeadamente:

- Custos com Pessoal - taxa de execução 81,9%;
- Transferências e Subsídios Correntes - taxa de execução 75,6%;
- Custos e Perdas Extraordinárias - taxa de execução 43,7%;
- Custos e Perdas Financeiras - taxa de execução 25,0%.

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 5.665.487€, superando em 42,9% (+1.700.552€) o valor estimado no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2014 (3.964.934€).

Determinando a redução anual da dívida global do Município em 7.115.432€, a obtenção de um superavit acima do objetivo anual fixado para 2014 permite atenuar o impacto no endividamento líquido gerado pela contabilização da anulação da participação no capital da empresa municipal GEDAZ (3.523.950€), permitindo que se registre uma redução anual do endividamento líquido em 2.073.033€, conforme se demonstra nos pontos 4 e 5 deste relatório.

O superavit gerado garantiu uma redução do endividamento líquido municipal e endividamento de médio e longo prazo acima dos limites mínimos legalmente estabelecidos.

<sup>1</sup> Na análise das rubricas *Compras e Fornecimentos e serviços externos* deve ter-se em consideração a alteração do critério contabilístico no registo dos custos relacionados com a iluminação pública. No momento da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro esta aquisição era registada numa conta de compras, atualmente é registada na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*. No ano 2014 os custos relacionados com iluminação pública ascenderam a 1.341.030€.

#### 4. Dívida Total Municipal

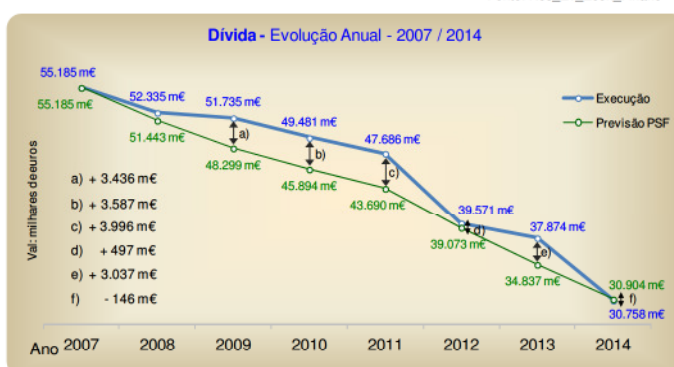
No final de 2014, a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo totalizava o montante de 30.758.400€, registando uma redução de 7.115.432€ relativamente à dívida total reportada a 31.dezembro.2013 e uma redução acumulada de 24.426.769€ (-44,3%) relativamente ao ano que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (55.185.169€<sup>Dez.2007</sup> vs 30.758.400€<sup>Dez.2014</sup>).

##### Evolução Dívida Total Municipal - Comparativo 2007/2014

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação	
									2013/2014	2007/2014
<b>Estrutura da Dívida Municipal:</b>										
Dívida a Fornecedores conta corrente	15.642.229€	2.611.522 €	2.605.275 €	2.364.249 €	2.700.084 €	1.161.841 €	1.922.869 €	<b>1.394.969 €</b>	- 527.900 €	-14.247.261 €
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	270.356 €	285.464 €	269.927 €	229.402 €	229.191 €	201.383 €	279.581 €	<b>249.772 €</b>	- 29.809 €	- 20.584 €
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	15.198.099€	1.246.528 €	2.758.469 €	1.480.203 €	1.213.381 €	978.586 €	2.754.070 €	<b>1.524.444 €</b>	-1.229.626 €	-13.673.655 €
Dívida ao Pessoal	39.022 €	32.784 €	17.874 €	24.962 €	23.933 €	911 €	921 €	<b>383 €</b>	- 538 €	- 38.638 €
Dívida a Outros Credores	8.719.545 €	2.135.820 €	1.734.764 €	3.606.866 €	4.193.701 €	2.848.565 €	2.491.815 €	<b>1.197.501 €</b>	-1.294.314 €	- 7.522.044 €
Dívida empréstimos bancários m/l prazo	15.315.918€	46.023.184€	44.348.642€	41.775.364€	39.325.344€	34.379.218€	30.424.577€	<b>26.391.331 €</b>	-4.033.245 €	+11.075.413€
Dívida empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	<b>0 €</b>	0€	0€
<b>Dívida Municipal Total</b>	<b>55.185.169€</b>	<b>52.335.301€</b>	<b>51.734.951€</b>	<b>49.481.046€</b>	<b>47.685.633€</b>	<b>39.570.503€</b>	<b>37.873.832€</b>	<b>30.758.400€</b>	<b>- 7.115.432€</b>	<b>- 24.426.769€</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

Com uma redução anual de 7.115.432€, superando em 3.183.126€ a redução prevista no PSF para o ano 2014 (3.932.306€), a dívida total do município no final do exercício situa-se abaixo 0,47% (-146.040€) do estimado em PSF.



##### Dívida Total Municipal – Comparativo: Estimativa Plano Saneamento Financeiro / Execução

Descrição	Ano 2014		Diferença previsão vs Execução	
	Previsão PSF	Execução	€	%
<b>Estrutura da Dívida Municipal:</b>				
Dívida a Fornecedores conta corrente	1.274.120 €	1.394.969 €	+ 120.848 €	+ 9,5%
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	227.208 €	249.772 €	+ 22.564 €	+ 9,9%
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	233.333 €	1.524.444 €	+ 1.291.111 €	+ 553,3%
Dívida ao Pessoal	0 €	383 €	+ 383 €	
Dívida a Outros Credores	890.346 €	1.197.501 €	+ 307.155 €	+ 34,5%
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	28.279.432 €	26.391.331 €	- 1.888.100 €	- 6,7%
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	
<b>Dívida Municipal Total</b>	<b>30.904.440 €</b>	<b>30.758.400 €</b>	<b>- 146.040 €</b>	<b>- 0,47%</b>

Fonte: Res\_Ev\_Econ\_Financ

A redução anual acima do previsto para o ano 2014 permitiu uma recuperação relativamente aos desvios verificados nos anos anteriores, situando o montante da dívida total abaixo dos valores previstos no plano.

## 5. EQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

O quadro 3 do *Estudo de Saneamento Financeiro*, considerando o definido nos artigos 39º e 37º da Lei 2/2007 e no artigo 3º do Dec. Lei 38/2008, apresentava a estimativa de evolução dos principais indicadores de equilíbrio financeiro municipal.

Os pontos abaixo apresentam os principais indicadores financeiros resultantes da execução a 31.dezembro.2014, comparando com os valores estimados no Estudo Saneamento Financeiro para o ano 2014 e a sua evolução no período de vigência do plano.

Novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, resultantes da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, vieram reforçar a necessidade de acompanhamento das metas económico-financeiras traçadas em Plano e um controlo apertado e rigoroso do seu desempenho.

A diminuição das transferências provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (FEF + IRS) que se tem verificado nos últimos anos contribuíram significativamente para a inversão da tendência de aumento dos limites legais de endividamento prevista no Plano de Saneamento Financeiro, com impacto nos limites do *endividamento líquido*<sup>(Ponto 5.3)</sup> e nos limites do capital em dívida com empréstimos médio e longo prazo<sup>(Ponto 5.2)</sup>.

### 5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo

No final de 2014, o Município não apresentava valor em dívida relativo a *Empréstimos de Curto Prazo*. O limite de endividamento de Empréstimos Curto Prazo para o ano 2014 ascendia a 2.037.768€ (n.º 1, art.º 39 – Lei 2/2007).

Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2014</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento empréstimos curto prazo (n.º 1, art.º 39 - Lei 2/2007)	1.950.597 €		2.037.768 €		
<b>Valor em dívida de Empréstimos de curto prazo</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	
Margem para o limite / (Montante em excesso)	1.950.597 €		2.037.768 €		

Fonte: Lim\_Endividamento

A 31.dezembro.2014 existia autorização da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo, a utilizar no ano 2015, no montante de 1.000.000€ (Caixa Geral de Depósitos).

### 5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo

A 31.dezembro.2014, a dívida total com empréstimos bancários de médio e longo prazo totalizava 26.391.331€, registando uma diminuição de 4.033.245€ face a dezembro 2013.

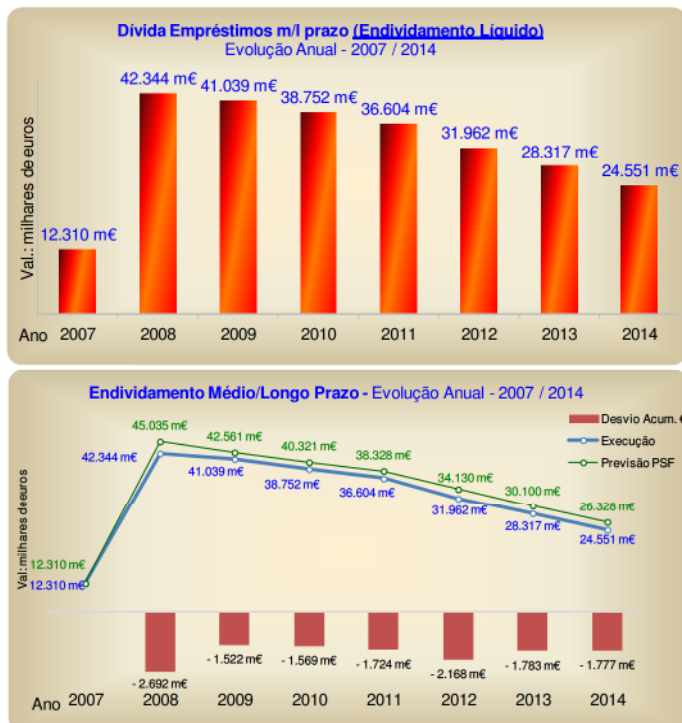
(26.391.331€<sup>Dez.2014</sup> vs 30.424.577€<sup>Dez.2013</sup>)



Considerando exclusivamente os empréstimos com impacto no endividamento líquido, a dívida municipal com *empréstimos de médio e longo prazo* totalizava, no final de 2014, o montante de 24.550.598€, registando uma diminuição anual de 3.766.799€ (24.550.598€<sup>Dez.2014</sup> vs 28.317.397€<sup>Dez.2013</sup>)

No exercício de 2008, a utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o excesso do limite legal da dívida referente a *empréstimos médio e longo prazo* (n.º 2, art.º 39º - Lei 2/2007). Conforme definido no n.º 3, art.º 3º do Dec. Lei 38/2008, este excesso não prejudicou a contratação do empréstimo, ficando o Município obrigado à redução anual de 10% do montante em excesso (artº 39, nº3, Lei 2/2007).

Conforme se demonstra no quadro seguinte, o Município deu cumprimento à imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (n.º 3, art.º 39º - Lei 2/2007), quantificando-se esta dívida 1.777.222€ abaixo do montante previsto em PSF para o final de 2014 (24.550.598€<sup>Execução.2014</sup> vs 26.327.821€<sup>Previsão.PSF.2014</sup>).



Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2014</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite empréstimos de médio e longo prazo (nº 2, art.º 39 - Lei 2/2007)	19.505.973 €	22.023.393 €	20.377.684 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	28.317.397 €	26.327.821 €	24.550.598 €	- 1.777.222 €	- 6,8%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(8.811.424 €)	(4.304.428 €)	(4.172.915 €)		
Imposição legal de redução de endividamento (nº 3, art.º 39, Lei - 2/2007)	- 1.245.612€	- 841.852€	- 793.971€		
Redução ano da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 3.644.700€	- 3.772.563€	- 3.766.799€	+ 5.764 €	+ 0,2%
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)	2.399.087€	2.930.711€	2.972.827€		

Fonte: Lim\_Endividamento



### 5.3 Endividamento Líquido

No final de 2014, o endividamento líquido municipal totalizava 22.644.522€, registando uma diminuição de 2.073.033€ face a dezembro.2013, acumulando um decréscimo de 20.964.976€ relativamente a dezembro.2007.

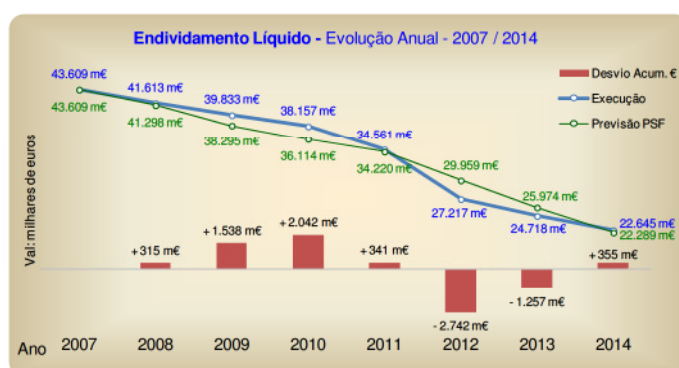
No ano 2014, a evolução do endividamento líquido municipal fica condicionada pelo processo de dissolução e de internalização da empresa municipal GEDAZ, E.E.M..

A 29.agosto.2013 foi aprovado pela Assembleia Municipal o processo de dissolução e consequente internalização dos serviços da empresa municipal GEDAZ, EEM. no Município, pelo cumprimento do artigo 40.º conjugado com o artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A conclusão do processo de internalização da GEDAZ, conforme escritura de liquidação de 30.out.2014, determina a redução do valor de participações de capital registado no Balanço do Município, prejudicando o indicador de endividamento líquido no valor de 3.523.950€.

A redução anual verificada no endividamento líquido resultante da execução económica permitiu absorver significativamente o impacto resultante da internalização da GEDAZ nas contas municipais, fixando no final de 2014 o nível de endividamento líquido 1,6% (+355.289€) acima do valor previsto no PSF para 2014 mas abaixo 2.827.583€ do limite legal determinado em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 37.º da Lei 2/2007.

O limite de endividamento líquido para o ano 2014, conforme estabelecido pela Lei 2/2007, registou um aumento face a 2013, determinando que a partir de 1.janeiro.2014 o endividamento líquido do Município não excedesse o limite legal. No final do ano 2014 o endividamento líquido do Município (22.644.522€) quantifica-se 2.827.583€ abaixo do limite máximo legal (25.472.105€).



Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento líquido (nº 1, artº 37º - Lei 2/2007)	24.382.466 €	27.529.241 €	25.472.105 €		
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>24.717.555 €</b>	<b>22.289.233 €</b>	<b>22.644.522 €</b>	<b>+ 355.289 €</b>	<b>+ 1,6%</b>
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(335.089 €)	5.240.008 €	2.827.583 €		
Imposição Legal de Redução Anual do endividamento (10% do excesso – nº 2 artº 37º - Lei 2/2007)	-283.493 €	0 €	0 €		
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-2.499.841 €	-3.684.894 €	-2.073.033 €	+ 1.611.861 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)	2.216.348 €	-	-		

Fonte: Lim\_Endividamento

#### 5.4 Dívida a Fornecedores

A dívida a fornecedores totaliza 2.919.413€, valor que representa 7,73% das receitas totais do ano anterior.

Registando uma redução anual de 1.757.526€, o volume de dívida a fornecedores fixou-se em 2.919.413€, contrapondo com o total de 4.676.939€ registado em dezembro.2013.

Embora se mantenha acima dos valores previstos no PSF, a dívida a fornecedores regista aproximação ao montante previsto no PSF para 2014, diminuindo em 1.832.509€ o desvio verificado no final do ano 2013 (+1.411.959€<sup>Desvio Dez.2014</sup> vs +3.244.468€<sup>Desvio Dez.2013</sup>).

O saldo da dívida a fornecedores à data de 31.dez.2014 deve-se em grande parte ao volume de assunção de compromissos do último trimestre do ano, não resultando do mesmo créditos com atraso de pagamento sob responsabilidade do Município.



Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Fornecedores	1.922.869 €	1.274.120 €	1.394.969 €	+ 120.848 €	+ 9,5%
Fornecedores de imobilizado	2.754.070 €	233.333 €	1.524.444 €	+ 1.291.111 €	+ 553,3%
Credores pela Execução do Orçamento - Despesa	0 €		0 €		
Consultores, Assessores e Intermediários	0 €		0 €		
<b>Dívida total a Fornecedores</b>	<b>4.676.939 €</b>	<b>1.507.454 €</b>	<b>2.919.413 €</b>	<b>+ 1.411.959 €</b>	<b>+ 93,7%</b>
<b>Limite mínimo de equilíbrio - 40% da Receita total ano anterior - (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08)</b>	13.030.728 €	13.548.331 €	15.112.029 €		
<b>Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)</b>	<b>8.353.789 €</b>	<b>12.040.878 €</b>	<b>12.192.617 €</b>		

Fonte: Lim\_Endividamento

Com um volume de dívida a fornecedores dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08) e registando uma evolução anual positiva, o Município deve prosseguir os objetivos de redução até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

## 5.5 Passivos Financeiros

No final do ano 2007 os *passivos financeiros* do município totalizavam 15.315.918€. A contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o aumento deste passivo no final do ano 2008 para o valor de 46.023.184€.



Com um volume global de 4.398.187€ de amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo durante o ano 2014 e o recebimento de 364.942€ relativos à 2.ª tranche do empréstimo PAEL, os passivos financeiros totalizam o montante de 26.391.331€ à data de 31.dezembro.2014, situando-se 1.888.100€ abaixo do montante previsto em PSF para o final deste exercício.

No final de 2014, os passivos financeiros do Município representam 76,5% da Receita Total do ano, com equilíbrio do limite definido no Art.º 3º, n.º 4 – c) do Dec.Lei 38/2008 (Passivos Financeiros inferior a 200% da Receita Total do ano).

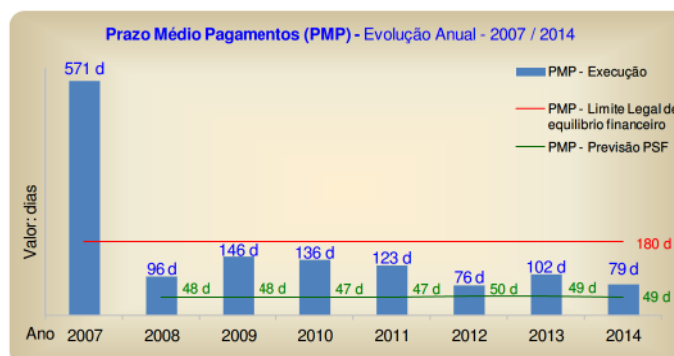
Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão PSF vs Execução <sup>2014</sup>	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Empréstimos bancários	30.424.577 €	28.279.432 €	26.391.331 €		
<b>Passivos Financeiros Totais</b>	30.424.577 €	28.279.432 €	26.391.331 €	- 1.888.100 €	- 6,7%
Receitas totais ano (ano n)	37.780.073 €	34.432.237 €	34.501.746 €		
200% da Receita total ano (ano n) - Artº 3º-n.4-c) Dec.Lei 38/2008	75.560.147 €	68.864.475 €	69.003.493 €		
<b>Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)</b>	<b>45.135.570 €</b>	<b>40.585.043 €</b>	<b>42.612.161 €</b>		

Fonte: Lim\_Endividamento

## 5.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Conforme *Plano Saneamento Financeiro* e considerando a utilização integral do empréstimo de saneamento, estimou-se que no final 2014 a dívida a fornecedores representaria um PMP de 49 dias. A execução económica e o volume de pagamentos verificado em 2014 permitiram uma recuperação deste rácio relativamente a dezembro.2013.

A 31.dezembro.2014 a dívida a fornecedores representava um PMP de 79 dias.



Resultando, em grande parte, o saldo da dívida a fornecedores dos compromissos assumidos no último trimestre de 2014, a dívida a fornecedores à data de 31.dez.2014 não evidencia pagamentos em atraso sob responsabilidade do Município.

Cumprindo o limite mínimo de 180 dias de PMP definido no Art.º 3º, n.º 4 d) do Dec. Lei 38/2008, este indicador apresenta, em 31.dezembro.2014, um desvio de 30 dias face ao PMP estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 23 dias face a dezembro.2013.

Descrição	Ano 2013	Ano 2014		Diferença previsão vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Dívida a Fornecedores	4.676.939 €	1.507.454 €	2.919.413 €	+ 1.411.959 €	+ 93,7%
Aquisições bens e serviços últimos 12 meses	16.768.973 €	11.338.215 €	13.565.665 €	+ 2.227.450 €	+ 19,6%
Prazo médio de pagamentos	102 dias	49 dias	79 dias	+ 30 dias	
Limite PMP - Artº 3º-n.4-d) Dec.Lei 38/2008	180 dias	180 dias	180 dias		
Margem de Equilíbrio / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	78 dias	131 dias	101 dias		

Fonte: Lim\_Endividamento

## 6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No ano 2014, a *Despesa* do Município totalizou 34.867.104€ e a *Receita Total* ascendeu a 34.501.746€, representando uma taxa de execução de 101,4%<sup>despesa</sup> e 100,2%<sup>receita total</sup> face aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2014.

Apresentando desvios entre rubricas, globalmente a execução orçamental evidencia uma execução anual com cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, apresentando um volume de despesa superior em 467.495€ e uma execução de receita superior em 69.509€ face aos valores previstos.

### Execução Orçamental

Comparativo 2008-2014 – Estimativa 2014 / Execução 2014

(valores em euros)

Descrição	Execução						2014		% de Execução
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
Saldo Inicial Conta de Gerência	1.390.574	1.259.453	187.153	853.231	2.046.829	1.366.156	1.711.015	2.634.917	
<b>Despesa Corrente</b>									
Despesas com o Pessoal	10.767.297	10.563.188	10.912.326	10.183.523	8.906.013	9.846.579	11.885.371	9.835.467	82,8%
Aquisição de Bens e Serviços	13.586.631	7.711.148	8.200.180	8.057.607	9.378.126	8.286.291	8.513.233	8.432.896	99,1%
Juros e Outros Encargos	2.623.187	1.697.378	839.440	893.831	926.729	531.812	1.570.610	425.561	27,1%
Transferências Correntes	6.664.900	2.923.286	3.251.485	4.220.949	3.558.709	2.958.811	3.254.253	2.856.419	87,8%
Outras Despesas Correntes	528.074	689.278	1.100.854	718.365	819.543	578.110	92.716	373.602	403,0%
<b>Totais - Despesa Corrente</b>	<b>34.170.089</b>	<b>23.584.279</b>	<b>24.304.284</b>	<b>24.074.276</b>	<b>23.589.120</b>	<b>22.201.603</b>	<b>25.316.184</b>	<b>21.923.945</b>	<b>86,6%</b>
<b>Despesa Capital</b>									
Aquisição de Bens de Capital	26.082.575	4.435.686	3.734.432	3.720.587	2.662.908	6.167.379	2.750.000	6.505.823	236,6%
Transferências de Capital	4.332.653	2.139.216	1.536.763	1.801.780	1.283.735	2.308.886	2.304.405	1.248.262	54,2%
Ativos Financeiros	2.841	175.272	13.551	999	13.200	4.000	0	8.325	
Passivos Financeiros	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.450.020	5.596.126	5.756.173	4.029.021	4.898.187	121,6%
Outras Despesas de Capital	143.609	76.948	0	0	0	260.881	0	282.562	
<b>Totais - Despesa Capital</b>	<b>33.116.703</b>	<b>11.198.706</b>	<b>8.442.798</b>	<b>7.973.385</b>	<b>9.555.969</b>	<b>14.497.319</b>	<b>9.083.425</b>	<b>12.943.159</b>	<b>142,5%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>67.286.792</b>	<b>34.782.985</b>	<b>32.747.082</b>	<b>32.047.661</b>	<b>33.145.089</b>	<b>36.698.921</b>	<b>34.399.609</b>	<b>34.867.104</b>	<b>101,4%</b>
<b>Receita Corrente</b>									
Impostos Diretos	8.925.226	7.971.903	8.549.571	9.053.377	8.745.941	9.792.318	9.980.249	10.374.967	104,0%
Impostos Indiretos	119.686	133.048	222.907	175.805	250.459	90.770	690.436	78.251	11,3%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	721.824	642.834	795.196	688.054	755.375	708.342	778.322	795.679	102,2%
Rendimentos de Propriedade	101.250	38.249	41.127	40.191	20.257	119.837	83.371	46.703	56,0%
Transferências Correntes	10.745.483	11.154.785	11.067.754	10.779.369	10.173.683	11.705.675	12.136.552	12.887.826	106,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.200.125	5.958.487	6.308.923	6.036.123	6.041.741	5.938.767	6.239.894	4.412.219	70,7%
Outras Receitas Correntes	251.702	868.215	248.992	258.575	472.567	460.277	114.312	510.606	446,7%
<b>Totais - Receita Corrente</b>	<b>26.065.296</b>	<b>26.767.520</b>	<b>27.234.470</b>	<b>27.031.493</b>	<b>26.460.023</b>	<b>28.815.985</b>	<b>30.023.136</b>	<b>29.106.251</b>	<b>96,9%</b>
<b>Receita Capital</b>									
Vendas de Bens de Investimento	560.105	26.585	7.538	1.565	223.002	99.734	0	70.380	
Transferências de Capital	6.922.517	4.633.747	4.957.726	6.210.751	5.162.159	7.006.949	4.409.102	4.421.791	100,3%
Ativos Financeiros	0	0	0	3.107	3.343	4.680	0	4.878	
Passivos Financeiros	33.295.886	2.757.641	570.000	0	650.000	1.801.531	0	864.942	
Outras Receitas de Capital	36.640	10.768	673	598	1.489	1.266	0	249	
<b>Totais - Receitas Capital</b>	<b>40.815.148</b>	<b>7.428.741</b>	<b>5.535.937</b>	<b>6.216.021</b>	<b>6.039.993</b>	<b>8.914.160</b>	<b>4.409.102</b>	<b>5.362.240</b>	<b>121,6%</b>
Outras Receitas	42.988	83.917	90.227	23.781	76.803	49.928	0	33.255	
<b>Receita Total</b>	<b>66.923.433</b>	<b>34.280.178</b>	<b>32.860.634</b>	<b>33.271.296</b>	<b>32.576.819</b>	<b>37.780.073</b>	<b>34.432.237</b>	<b>34.501.746</b>	<b>100,2%</b>
Saldo Anual Operações de Tesouraria	+ 232.238	-569.493	552.526	-30.037	-112.402	187.609		-138.510	
<b>Saldo Final Conta de Gerência</b>	<b>1.259.453</b>	<b>187.153</b>	<b>853.231</b>	<b>2.046.829</b>	<b>1.366.156</b>	<b>2.634.917</b>	<b>1.743.643</b>	<b>2.131.049</b>	

Fonte: Orçamental

## 7. CONCLUSÕES

- 7.1** No final de 2014, o capital em dívida do empréstimo *de saneamento financeiro* totalizava 20.451.467,72€.  
Do montante contratualizado (34.000.000,00€), o Município utilizou 32.496.059,81€ e efetuou amortizações de capital no valor global de 12.044.592,09€ (dos quais 1.610.161,00€ relativos a amortizações extraordinárias). Ponto 2
- 7.2** As contas municipais a 31.dezembro.2014 apresentam uma taxa de execução de custos de estrutura e de investimento de 90% dos limites máximos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano 2014, situando-se abaixo dos limites máximos estimados em 3.033.386€ (30.467.303€<sup>E.PSF\_2014</sup> vs 27.433.917€<sup>Execução\_2014</sup>). Do lado dos proveitos com impacto financeiro a execução anual representa 96,1% dos limites mínimos previstos para 2014, com um desvio de -1.332.834€ relativamente às verbas totais estimadas para 2014 (34.432.237€<sup>E.PSF\_2014</sup> vs 33.099.404€<sup>Execução\_2014</sup>). Ponto 3  
Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 17,12%<sup>s/proveitos</sup>, no montante de 5.665.487€, superando em 1.700.552€ (+42,9%) o valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2014 (3.964.934€).
- A execução económico-financeira de 2014 permitiu uma redução da **dívida total** do Município em 7.115.432€. Ponto 4  
Quantificando-se em 30.758.400€, a dívida total situa-se abaixo do montante estimado para o final 2014 em 146.040€ (-0,47%).
- A **dívida a fornecedores** quantifica-se no final de 2014 no montante de 2.919.413€, registando uma diminuição anual de 1.757.526€ e um desvio de +1.411.959€ face ao estimado em plano de saneamento financeiro para 2014. Pontos 5.4, 5.6
- O **endividamento líquido** municipal regista uma diminuição anual de 2.073.033€, evolução que ficou prejudicada pela redução do valor da participação no capital registado no Balanço do Município resultante do processo de dissolução/internalização da empresa municipal GEDAZ, EEM, cujo impacto no endividamento municipal se quantificou em 3.523.950€. Ponto 5.3  
Acumulando um decréscimo no montante de 20.964.976€ desde a implementação do plano de saneamento financeiro, o endividamento líquido municipal totaliza 22.644.522€, situando-se 355.289€ acima do montante estimado para o final do ano 2014 <sup>(22.289.233€)</sup>.
- Na vertente **orçamental**, verifica-se uma execução próxima dos níveis de receita e despesa previstos, evidenciando uma taxa de execução de 101,4% na *Despesa* e de 100,2% na *Receita Total*, face às verbas orçamentais previstas no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2014. Ponto 6
- Globalmente, a execução económico-financeira do ano 2014 permitiu a recuperação dos principais indicadores da dívida e do endividamento municipal, aproximando-os das metas definidas no Plano de Saneamento Financeiro.

**7.3** No que respeita aos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da Lei da Finanças Locais, as contas municipais a 31.dezembro.2014 demonstram:

- O cumprimento do *Artigo 40º n.º 1 da Lei 2/2007* - Da operação de saneamento financeiro não resultou o aumento do *Endividamento Líquido Municipal*. Ponto 2
- A **dívida total** do Município registou uma diminuição anual de 7.115.432€ (30.758.400€<sup>Dez.2014</sup> vs 37.873.832€<sup>Dez.2013</sup>), acumulando uma redução relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro de 24.426.769€ (30.758.400€<sup>Dez.2014</sup> vs 55.185.169€<sup>Dez.2007</sup>). Pontos 4; 5.2 e 5.4
- Cumprimento do n.º 3, Artigo 39.º da Lei 2/2007 - A dívida referente a **empréstimos de médio e longo prazo** com impacto no endividamento líquido totaliza 24.550.598€, registando uma diminuição anual de 3.766.799€. Valor que supera em 2.972.827€ a imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (793.971€). Ponto 5.2
- Cumprimento do n.º 2, Artigo 37.º da Lei 2/2007 - Apresentando uma redução anual do **Endividamento Líquido Municipal** no montante de 2.073.033€ (22.644.522€<sup>Dez.2014</sup> vs 24.717.555€<sup>Dez.2013</sup>), o Município encontra-se abaixo do limite máximo em cumprimento do artigo 37.º da Lei 2/2007. Ponto 5.3
- Respeito pelo limite máximo de 40% definido na *alínea b) n.º 4, Artigo 3º do Decreto-Lei 38/2008* – O volume de **dívida a fornecedores** representa 7,7% das *receitas totais* do ano anterior, apresentando uma diminuição de 1.757.526€ face à dívida registada no final de 2013. Ponto 5.4
- Respeito pelo limite fixado no *Artigo 3º, n.º 4 c) do Dec. Lei 38/2008* – (Valor dos Passivos Financeiros inferior a 200% da receita total do ano) – Os passivos financeiros do Município representam 76,5% das Receitas Totais do ano. Ponto 5.5
- Respeito pelo prazo de 180 dias definido no Artigo 3º nº 4 d) do Decreto-Lei 38/2008 – A 31.dezembro.2014, a dívida a fornecedores representava um prazo médio de pagamento (PMP) de 79 dias. Ponto 5.6  
Verificando-se um desvio +30 dias relativamente ao estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 23 dias face a dezembro.2013, este indicador regista uma aproximação às metas previstas no PSF.

**7.4** O referido nos pontos 7.2 e 7.3 evidencia que a Gestão Municipal persegue os objetivos fundamentais de equilíbrio económico-financeiro e de cumprimento da lei das finanças locais.

O nível de execução económico-financeira registado em 2014 permitiu uma recuperação dos desvios verificados na dívida face aos montantes previstos no PSF, bem como atenuar o impacto no endividamento líquido em consequência da “extinção” da empresa GEDAZ e a consequente redução do valor de participações no capital contabilisticamente registado no Balanço do Município no valor de 3.523.950€.

Mantendo uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis e com respeito pelas metas traçadas, o Município deverá prosseguir nos objetivos de redução da dívida e do endividamento em linha com os montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro e que assegurem a inexistência de créditos vencidos.

## 8. PROPOSTA

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007 e art.º 79.º da Lei 73/2013.

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2015.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:  
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES, Nº 715  
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL  
23-04-2015 17:19:32

Nuno Gomes

Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados1\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro\_2008\Análise\_Execução\2014\_12\_encerramento\_contas\RAEPSF\_1412\_EC.docx